

HABEAS CORPUS Nº 549.167 - DF (2019/0359545-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : NATALIA CAVALCANTI CORREA SERAFIM FONSECA
ADVOGADO : NATALIA CAVALCANTI CORREA SERAFIM FONSECA -
DF047996
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : LADIESLEI MONICA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de LADIESLEI MONICA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios, no julgamento do HC n. 0704984-53.2019.8.07.0000.

Consta dos autos que a paciente foi condenada pela prática dos delitos tipificados no art. 180, *caput*, do Código Penal e art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (receptação e tráfico de entorpecentes), às penas totais de 7 anos de reclusão e ao pagamento de 576 dias-multa, em regime inicial fechado, mantida a prisão cautelar, conforme a sentença de fls. 105/113.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante o Tribunal de origem alegando constrangimento ilegal à paciente em razão da não concessão de prisão domiciliar. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado (fl. 36):

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06. POSSE DE MUNIÇÃO. ART. 12, CAPUT, DA LEI 10.826/03. RECEPTAÇÃO. ART. 180 DO CÓDIGO PENAL. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO PELA PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. COAÇÃO NÃO CONFIGURADA. ORDEM DENEGADA.

1. Paciente presa na posse de 77,67g de maconha, 47,39g de cocaína e 42,59g de crack, além de significativa quantidade em dinheiro (R\$ 12.520,00), apetrechos de uso profissional de empregado na manipulação de entorpecentes, munição calibre .38 e vários aparelhos

celulares, sendo um deles produto de furto.

2. Delitos praticados em circunstâncias como estas, dizem da periculosidade do agente para a sociedade; e constituem fundamentos suficiente ao amparo de um decreto de prisão preventiva, a fim de resguardar a ordem pública.

3. Em face das peculiaridades do caso concreto e da reiteração criminosa, aliada à não comprovação de que o filho menor de doze anos de idade da paciente necessite, impreterivelmente de seus cuidados, tem-se por não recomendável a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar.

4. Ordem denegada.

No presente mandamus, a defesa alega que cabível a prisão domiciliar á paciente, nos termos do art. 318 do CPP. Aduz que a paciente é mãe de três filhos, sendo um menor de 12 anos e uma com necessidades especiais.

Afirma que o STF, em recente decisão, concedeu ordem de *habeas corpus* coletivo (HC 143.641), para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes.

Sustenta que o crime não foi praticado com violência, a quantidade da droga encontrada é pequena, sendo viável e necessária a prisão domiciliar com fundamento no art. 318, V, do CPP.

Pleiteia, em liminar, a concessão de liberdade provisória ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do

Superior Tribunal de Justiça

Parquet.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator